



# Diário Oficial Jarinu

## PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU

Praça Francisco Alves Siqueira Junior, 111 -  
Jardim da Saúde. Jarinu/SP  
CEP 13240-187

(11) 4016-8200  
[www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br)

12 dezembro 25

Edição nº 470

Página 1 de 15

## SUMÁRIO

GOVERNO   Leis Municipais.....	2
ADMINISTRAÇÃO   Compras, Licitações e Contratos .....	12
ADMINISTRAÇÃO   Portarias.....	13
ADMINISTRAÇÃO   Concurso Público .....	15

## EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Jarinu, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

## ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Jarinu poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: <https://jarinu.sp.gov.br/diariooficial>. As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

## ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Jarinu  
CNPJ: 45.780.079/0001-59  
Endereço: Praça Francisco Alves  
Siqueira Junior, 111 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-8200

Câmara Municipal de Jarinu  
CNPJ: 01.569.688/0001-98  
Endereço: Rua Antônio de Aguiar  
Peçanha, 200 - Jardim da Saúde.  
Jarinu/SP  
Telefone: (11) 4016-4330

**GOVERNO | Leis Municipais****LEI Nº 2.424 DE 10 DE DEZEMBRO DE 2025**

Institui, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Jarinu, o dia do “Protetor Independente de Animais, e dá outras providências

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído, no Calendário Oficial de Eventos do Município de Jarinu, o dia do “Protetor Independente de Animais”, a ser comemorado, anualmente, no dia 10 do mês de agosto, com objetivo de conscientizar a população sobre a importância do Protetor de Animais para a saúde pública e para a proteção e promoção dos direitos dos animais.

Art. 2º. O título de “Protetor Independente de Animais”, a ser atribuído às pessoas naturais que voluntariamente prestam assistência para animais abandonados, que carecem de socorro ou em situação de perigo.

Parágrafo único. Por protetores independentes de animais entende-se toda a pessoa natural que, de forma frequente, acolha animais domésticos comunitários - cães e gatos - » recolhendo-os das ruas, providenciando sua alimentação, cuidados e procedimentos necessários para que os mesmos tenham sua saúde e integridade física restabelecidas, encaminhando-os para castração, vacinação e demais cuidados necessários, bem como procedendo aos meios necessários para a devida adoção ou reinserção do animal ao local de procedência.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei, no que couber.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
PREFEITA MUNICIPAL

**LEI Nº 2.425 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025**

“Autoriza o Município a não ajuizar ações ou execuções fiscais de débitos de pequeno valor e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica o Município de Jarinu autorizado a não ajuizar execuções fiscais de débitos tributários e não tributários de valores consolidados por contribuinte iguais ou inferiores a 867 VRMJ (oitocentos e sessenta e sete Valores de Referência do Município de Jarinu) por execução fiscal.

§1º O valor consolidado a que se refere o “caput” é o resultante da atualização do respectivo débito originário, mais os encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data da apuração, e inscritos em dívida ativa.

§2º A dispensa de ajuizamento prevista neste artigo não implica remissão ou extinção do débito, que permanecerá registrado para fins de controle e cobrança por outros meios.

§3º Na hipótese de existência de vários débitos de um mesmo devedor que, individualmente, sejam inferiores ao limite fixado no caput, mas que, somados, superem o referido limite, deverá ser ajuizada uma única execução fiscal para a cobrança da totalidade do montante.

Art.2º. Fica o Poder Executivo autorizado a estabelecer procedimentos administrativos de cobrança e a promover o protesto extrajudicial de créditos de qualquer natureza devidos à Fazenda Pública Municipal, vencidos e inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, e a celebração de convênios, acordos e/ou termos de cooperação com outros órgãos públicos.

Art. 3º. O Chefe do Poder Executivo Municipal expedirá, por decreto, as instruções complementares que se fizerem necessárias ao fiel cumprimento desta Lei, inclusive quanto à implementação de programas administrativos específicos para a cobrança dos créditos não sujeitos ao ajuizamento.

Art. 4º. O disposto nesta lei não autoriza a restituição ou compensação, no todo ou em parte, de quaisquer importâncias recolhidas anteriormente ao início de sua vigência.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

DANIELA TARDELLI DE OLIVEIRA ORLATO  
Secretária Municipal de Assuntos Jurídicos

MAURICIO ALAN BERTOLOTI  
Secretário Municipal de Finanças

**LEI Nº 2.426 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025**

Dispõe sobre a organização, critérios de acesso e priorização de vagas na Educação em Tempo Integral no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Jarinu, e dá outras providências

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a oferta e o processo de matrícula de estudantes nas vagas de Educação em Tempo



Integral, compreendendo a Educação Infantil (creches e pré-escolas) e o Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano), no âmbito da Rede Pública Municipal de Ensino de Jarinu.

Art. 2º. A Educação em Tempo Integral tem por objetivo garantir o direito à aprendizagem, à proteção integral e ao desenvolvimento pleno da criança, conforme disposto:

I – na Constituição Federal, art. 205 e seguintes;

II – na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996);

III – no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990);

IV – nas diretrizes do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014).

Art. 3º. As vagas na Educação em Tempo Integral serão oferecidas de acordo com:

I – a capacidade física e pedagógica das unidades escolares;

II – o planejamento educacional anual da Secretaria Municipal de Educação;

III – a disponibilidade orçamentária e de recursos humanos para a manutenção das atividades em tempo integral.

Art. 4º. A distribuição e o acesso às vagas na Educação em Tempo Integral observarão os princípios da equidade, da inclusão e da proteção social, sendo priorizados:

I – Crianças e estudantes em situação de vulnerabilidade social ou risco pessoal;

II – Crianças pertencentes a famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família ou de outros programas sociais de transferência de renda do Governo Federal, Estadual ou Municipal;

III – Filhos(as) de mães ou pais solo, responsáveis únicos pelo cuidado da criança;

IV – Crianças com medida de proteção ou acompanhamento por órgãos da rede socioassistencial (CRAS, CREAS, Conselho Tutelar, Ministério Público, Vara da Infância e Juventude);

V – Crianças em situação de acolhimento institucional ou familiar;

VI – Casos indicados por serviços públicos de saúde, assistência social ou educação, mediante parecer técnico.

§1º A aplicação dos critérios de priorização não exclui a universalidade do acesso à educação, mas orienta a destinação preferencial das vagas disponíveis para as situações previstas neste artigo.

§2º A Secretaria Municipal de Educação poderá, mediante ato normativo próprio, atribuir pontuação diferenciada a

cada critério, para fins de classificação e seleção.

§3º A triagem socioeducacional dos candidatos às vagas será realizada pela assistente social designada pela Secretaria Municipal de Educação, que emitirá parecer técnico com base nos critérios definidos nesta Lei e no Anexo I.

§4º As vagas para o período integral serão destinadas, prioritariamente, aos estudantes que residem nos bairros em que a unidade escolar está localizada, desde que observados, de forma indissociável e prevalente, os critérios de proteção social.

Art. 5º. As famílias deverão apresentar documentação comprobatória no ato da matrícula, conforme orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação

I - A manutenção da vaga estará condicionada à frequência regular e à participação nas atividades do contraturno.

II - A Secretaria poderá solicitar atualização anual dos dados socioeconômicos, inclusive quanto à permanência em programas sociais de transferência de renda.

Art. 6º. A matrícula em tempo integral será facultada mediante adesão da família e observância dos critérios desta Lei

I - As vagas serão organizadas e monitoradas por meio do Sistema Municipal de Gestão Escolar, assegurando transparência e controle social

II - A Secretaria de Educação publicará, mensalmente, relatório público de oferta, demanda e atendimento em tempo integral.

Art. 7º. A efetivação da política de Educação em Tempo Integral será desenvolvida de forma intersetorial, com a colaboração das Secretarias Municipais de:

I – Assistência e Desenvolvimento Social;

II – Saúde;

III – Esportes e Cultura;

IV – Outras pastas correlatas, conforme as ações do Plano Municipal de Educação.

Art. 8º. A Secretaria Municipal de Educação instituirá mecanismos de acompanhamento, avaliação e revisão periódica dos critérios e resultados, com a participação do Conselho Municipal de Educação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb (CACS-FUNDEB).

Art. 9º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 90 (noventa) dias, podendo estabelecer normas complementares, fluxos de inscrição, comprovação de renda e atualização de cadastros.



Art. 10. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, podendo ser suplementadas, se necessário

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

DEBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

CRISTIANE APARECIDA BUZO DE LIMA  
Secretária Municipal de Educação

## ANEXO I – CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO PARA OFERTA DE VAGAS NA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Critério	Descrição	Pontuação
Situação de vulnerabilidade social, preferencialmente, beneficiário de programa de transferência de renda	Comprovação por relatório ou parecer técnico da rede socioassistencial. Apresentação de documento oficial ou cadastro ativo (Bolsa Família, Renda Cidadã etc.)	30 pontos
Filhos(as) de mães ou pais solo	Declaração e comprovação de guarda ou responsabilidade legal	25 pontos
Criança sob medida de proteção ou acompanhamento judicial	Comprovação emitida por órgão competente	20 pontos
Criança em acolhimento institucional ou familiar	Declaração oficial da instituição responsável	20 pontos
Situação indicada por parecer técnico interdisciplinar	Avaliação pela Assistência Social, Saúde ou Educação	10 pontos

I - A pontuação máxima possível será de 95 (noventa e cinco) pontos, sendo possível a acumulação de critérios, conforme a realidade familiar do candidato.

II - A assistente social designada pela Secretaria Municipal de Educação será responsável por aplicar o instrumento de triagem e elaborar relatório conclusivo, indicando a prioridade da vaga.

III - A Secretaria Municipal de Educação poderá revisar os critérios e pontuações deste Anexo anualmente, mediante deliberação do Conselho Municipal de Educação.

### LEI Nº 2.427 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE VALE-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído aos servidores públicos municipais o subsídio de alimentos básicos através de vale alimentação.

§1º O servidor público municipal que acumule mais de um vínculo simultaneamente, na forma da Lei; fará jus ao recebimento de um vale alimentação para cada vínculo exercido dentro da estrutura administrativa municipal.

§2º O servidor público municipal que estiver lotado em dois ou mais vínculos públicos neste Município e estiver afastado de uma ou mais funções para exercer cargo de direção ou função de confiança terá direito ao recebimento de um vale alimentação por cargo ou função efetivamente exercida.

Art. 2º. O Vale Alimentação será concedido através de cartões eletrônicos, magnéticos ou outros oriundos de tecnologia segura e adequada, munidos de senha de acesso para uso pessoal e intransferível, instituído no Município de Jarinu, tendo como beneficiários exclusivos, os servidores municipais ativos, da Administração Direta e o valor referente a cada mês será creditado no último dia útil do mês.

Art. 3º. O valor do Vale Alimentação definido no artigo anterior, será de R\$ 700,00 (setecentos reais).

Parágrafo Único. Nos casos de admissão ou demissão, o valor do Vale Alimentação será proporcional aos dias trabalhados durante o mês.

Art. 4º. O valor definido no Artigo 3º será reajustado anualmente no mês de janeiro, devendo o reajuste ser no mínimo equivalente ao INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) acumulado de 12 meses referente ao mês de outubro do ano anterior.

Art. 5º. O fornecimento do Vale Alimentação definido no Artigo 2º desta Lei, será feito através de empresa especializada, devidamente habilitada para esse fim, escolhida no mercado através de procedimento licitatório, se o valor da contratação dos serviços assim o exigir, nos moldes do que determina a Lei Federal de Licitações e posteriores alterações.

Art. 6º O servidor público municipal não fará jus ao recebimento integral ou parcial do Vale Alimentação por parte da Prefeitura Municipal nos seguintes casos:

I - Em caso de faltas reiteradas sem justa causa dentro do período aquisitivo mensal ou cumprimento de penalidades administrativas no respectivo mês;

II - Quando apresentar atestado médico em desacordo com as regras da Medicina do Trabalho, acrescentando ao servidor celetista as disposições do art. 473 da CLT.

III - Que não teve o efetivo exercício das atribuições ou das atividades da função, por período igual ou superior a 15 (quinze) dias, dentro de um mesmo mês, de forma intercalada ou ininterrupta.

Art. 7º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta da dotação orçamentária própria do orçamento do município.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação,





produzindo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2.025, revogados as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 2.153/2021

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
PREFEITA MUNICIPAL

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 2.428 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“Dispõe sobre a instituição da data-base de revisão geral anual dos servidores públicos vinculada ao Poder Executivo do Município de Jarinu e fixa o índice de recomposição acumulado nos últimos 12 (doze) meses e dá outras providências”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica estabelecido o mês de janeiro como data-base para revisão geral anual dos vencimentos dos servidores públicos municipal, a que se refere o inciso X, do artigo 37, da Constituição Federal.

§1º O Projeto de Lei que fixará o percentual da recomposição das perdas inflacionárias deverá ser encaminhado pelo Poder Executivo Municipal ao Poder Legislativo antes do recesso do ano que antecede a data-base considerando o índice de revisão inflacionário fechado em outubro de cada ano, para que o mesmo possa ser apreciado e aprovado dentro do Exercício que antecede o ano que iniciará a aplicação.

§2º Anualmente deverá ser respeitado pelo Executivo Municipal o prazo do envio da Propositura, indicando nesta o percentual da recomposição, possibilitando assim a tramitação dentro do Poder Legislativo de acordo com os prazos estabelecidos no parágrafo 1º deste artigo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a conceder aos servidores públicos municipais revisão geral referente ao ano de 2026 de 5 % (cinco por cento), correspondente ao arredondamento a maior do INPC acumulado em 12 (doze) meses, proveniente de recomposição por perdas inflacionárias.

§1º O novo índice será aplicado para todos os servidores públicos municipais, efetivos, comissionados e funções de confiança, nos termos do que dispõe o artigo 37, inciso X da Constituição Federal, inclusive dos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº 238 de 11 de junho de 2025 e suas alterações, do Anexo IV, da Lei Complementar 237, de 05 de junho de 2025 e suas alterações, do Anexo I, Lei Complementar n. 233 de 05 de junho de 2025 e suas alterações, do anexo IV da Lei Complementar n. 231 de 02 de abril de 2025 e o Anexo I da Lei Complementar n 234, de

05 de junho de 2025.

§2º Os novos valores apurados em decorrência da revisão geral objeto desta Lei deverão ter seus centavos arredondados para o real subsequente na unidade monetária vigente.

Art. 3º. O índice previsto no artigo 2º desta Lei deverá recompor as perdas inflacionárias do valor do vale transporte no aumento de 5 % (cinco por cento).

Art. 4º. O índice previsto no artigo 2º desta Lei deverá recompor também as perdas inflacionárias do valor do vale alimentação, que será reajustado em um aumento de 10% (dez por cento).

Art. 5º. O aumento de despesas com pessoal com o presente reajuste está de acordo com as disposições do artigo 25 da Lei de nº 2.388 de 24 de junho de 2025, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para elaboração e execução da lei orçamentária do exercício de 2026 e está em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 6º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento, que poderão ser suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2.026, revogadas às disposições em contrário, especialmente a prevista na Lei nº 2.345 de 04 de dezembro de 2.024 - Lei de Revisão Anual do exercício de 2024 e na Lei 1.588 de 26 de novembro de 2003, que dispõe sobre a instituição de cesta de Natal aos servidores municipais, para revogar a concessão, de acordo com precedente do Supremo Tribunal Federal.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
PREFEITA MUNICIPAL

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## LEI Nº 2.429 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“Institui o Plano Municipal de Cultura de Jarinu (2025-2035) e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica instituído o Plano Municipal de Cultura de Jarinu, constante no Anexo Único desta Lei, como instrumento de planejamento, gestão e implementação das políticas culturais no município.

§1º O Plano Municipal de Cultura terá duração de 10 (dez) anos, vigendo de 2025 a 2035.

§2º O Plano referido no caput será revisado a cada 2 (dois)



anos, por meio de Conferência Municipal de Cultura, assegurando sua constante atualização e adequação às necessidades da população.

Art. 2º. O Plano Municipal de Cultura de Jarinu será regido pelos seguintes princípios:

- I – a liberdade de expressão, criação e fruição cultural;
  - II – a cultura como direito humano, social e fundamental;
  - III – a tridimensionalidade da cultura, abrangendo os aspectos econômico, estético e de cidadania;
  - IV – a democratização do acesso aos bens, serviços e expressões culturais;
  - V – o respeito e a valorização da diversidade cultural do município;
  - VI – a preservação da identidade, do patrimônio histórico e cultural local;
  - VII – a gestão cultural participativa e descentralizada;
  - VIII – a cultura como elemento de desenvolvimento social e econômico;
  - IX – o fortalecimento das expressões culturais e artísticas locais;
  - X – a promoção da participação social no planejamento e execução das políticas culturais.
- Art. 3º. São objetivos do Plano Municipal de Cultura:
- I – planejar, implementar e avaliar políticas, programas e ações culturais no período de 2025 a 2035;
  - II – fomentar a diversidade cultural e o acesso à cultura em todas as regiões do município;
  - III – preservar o patrimônio cultural material e imaterial, garantindo o respeito à história, identidade e memória do município;
  - IV – incentivar a criação artística, assegurando condições adequadas para a produção e circulação de bens culturais;
  - V – promover a formação e qualificação de agentes culturais e servidores;
  - VI – estimular a sustentabilidade, a economia criativa e o empreendedorismo cultural;
  - VII – fortalecer a cooperação entre os diversos agentes culturais, instituições de educação, pesquisa e organizações da sociedade civil;
  - VIII – ampliar a participação popular nas políticas públicas culturais, garantindo mecanismos de consulta e controle social;

IX – promover o intercâmbio cultural em níveis regional, estadual, nacional e internacional.

Art. 4º. Compete ao Poder Público Municipal:

- I – formular e implementar as políticas culturais previstas no Plano Municipal de Cultura;
- II – garantir a vinculação entre o Sistema Municipal de Cultura e o Plano Municipal de Cultura, em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Cultura;
- III – destinar recursos orçamentários para a execução das metas e ações do Plano;
- IV – monitorar e avaliar periodicamente a execução do Plano Municipal de Cultura, promovendo ações de transparência e prestação de contas;
- V – implementar e fortalecer o Fundo Municipal de Cultura, garantindo sua operacionalização.

Art. 5º. Compete à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Jarinu:

- I – exercer a coordenação executiva do Plano Municipal de Cultura;
- II – organizar as instâncias de participação e monitoramento do Plano;
- III – promover a formação continuada de agentes culturais e servidores públicos;
- IV – estimular a diversificação de mecanismos de financiamento e buscar a ampliação de recursos para a cultura.

Art. 6º. O Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária do Município deverão prever recursos específicos para o financiamento das metas e objetivos estabelecidos no Plano Municipal de Cultura.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

IOHANA JANING  
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer

## LEI COMPLEMENTAR Nº 245, 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe Sobre Alterações Na Lei Complementar De Nº 235, De 05 De Junho De 2025 E Dá Outras Providências.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela



sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º.Fica alterado o Anexo I, da LEI COMPLEMENTAR DE Nº 235, DE 05 DE JUNHO DE 2025, que ilustra o Organograma Geral da Estrutura Administrativa da Prefeitura de Jarinu, para acrescer:

§1º Na Secretaria Municipal de Administração, a Divisão de Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT e a Divisão de Contratos.

§2º Na Secretaria de Administração fica extinta a Divisão de Planejamento.

§3ª Na Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança Pública, a Divisão da Guarda Civil Municipal, a Divisão Administrativa, a Divisão de Projetos e e reorganizar sua estrutura administrativa.

§4º Na Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança Pública, fica extinta a Divisão Administrativa da GCM.

§5º Os atuais organogramas das Secretarias referidas nos parágrafos 1º ao 4º deste artigo ficam remodelados nos termos do Anexo I, Quadro I e Quadro II desta Lei.

Art. 2º. Fica alterado o Anexo II, da LEI COMPLEMENTAR DE Nº 235, DE 05 DE JUNHO DE 2025, que fixa as competências centrais dos órgãos da estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Jarinu, que passará a constar na Secretaria de Administração e na Secretaria Municipal de Assuntos de Segurança Pública o descrito que se refere o Anexo II, Quadro I e Quadro II desta Lei.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatamente, bem como revogando qualquer disposição em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
PREFEITA MUNICIPAL

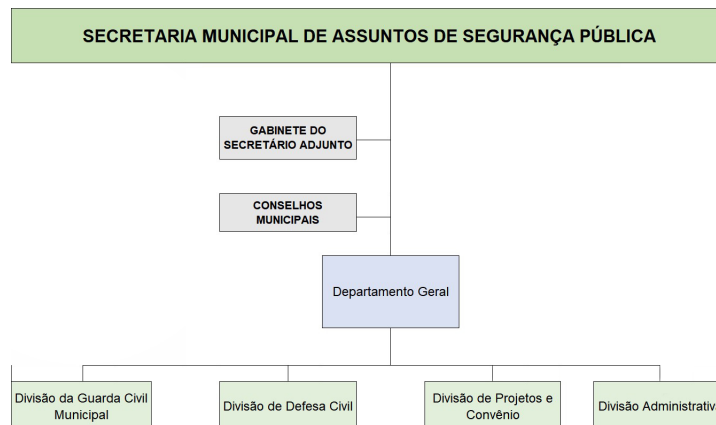
MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

Anexo I

Quadro I



Quadro II



ANEXO II

QUADRO I

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO:	COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO:
Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT	<ul style="list-style-type: none"><li>- elaborar ou participar da elaboração do inventário de riscos;</li><li>- acompanhar a implementação do plano de ação do Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;</li><li>- implementar medidas de prevenção de acordo com a classificação de risco do PGR e na ordem de prioridade estabelecida na Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01) - Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;</li><li>- elaborar plano de trabalho e monitorar metas, indicadores e resultados de segurança e saúde no trabalho;</li><li>- responsabilizar-se tecnicamente pela orientação quanto ao cumprimento do disposto nas NR aplicáveis às atividades executadas pela organização;</li><li>- manter permanente interação com a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assistência - CIPA, quando existente;</li><li>- promover a realização de atividades de orientação, informação e conscientização dos trabalhadores para a prevenção de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho;</li><li>- promover treinamentos com a devida e exclusiva certificação dos cursos correspondentes a sua capacidade técnica;</li><li>- propor, imediatamente, a interrupção das atividades e a adoção de medidas corretivas e/ou de controle quando constatar condições ou situações de trabalho que estejam associados a grave e iminente risco para a segurança ou a saúde dos trabalhadores;</li><li>- quando não for possível acabar com os riscos, implementar ações mitigadoras de proteção coletiva ou determinar o uso de EPI (Equipamento de Proteção Individual);</li><li>- Promover atividades de conscientização para prevenir acidentes e patologias;</li><li>- prestar socorro em caso de emergências no local de trabalho;</li><li>- conduzir ou acompanhar as investigações dos acidentes e das doenças relacionadas ao trabalho, em conformidade com o previsto no PGR;</li><li>- compartilhar informações relevantes para a prevenção de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho com a CIPA, quando por esta solicitado;</li><li>- acompanhar e participar nas ações do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, nos termos da Norma Regulamentadora nº 07 (NR-07);</li><li>- analisar os programas de segurança e demais documentos das empresas terceirizadas quanto ao cumprimento das normas do Ministério do Trabalho;</li><li>- realização obrigatória dos exames médicos admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional;</li></ul>
Divisão de Contratos	<ul style="list-style-type: none"><li>- Proceder ao registro de todos os contratos celebrados pelas diversas Secretarias Municipais;</li><li>- Efetuar o controle dos prazos contratuais, mantendo as Secretarias informadas sobre o prazo de vigência;</li><li>- Notificar, no caso de formalização de contrato, o representante legal da empresa contratada para firmar contrato;</li><li>- Analisar a documentação no ato da celebração do contrato;</li><li>- Publicar, juntar a publicação ao contrato ou convênio e outros ajustes e enviar para a Secretaria interessada;</li><li>- Elaborar o termo de aditamento, no caso de alteração de contrato e notificar o representante legal para assinatura;</li><li>- Numerar o termo, tanto para alteração de contratos, quanto para alteração de convênios e outros ajustes;</li><li>- Elaborar e publicar o extrato de contrato e do aditamento;</li><li>- Organizar calendário com prazos de vigência dos contratos, a fim de provocar os interessados quanto a renovação ou encerramento do contrato, antes do termo final, bem como, em prazo compatível com a modalidade licitatória, para realização da renovação ou do novo certame;</li><li>- Executar todos os atos de cotação para balizamento das renovações contratuais, como também para efeito de verificação do adequado valor do ajuste em execução;</li><li>- Publicar extratos de contratos, convênios, resultados de licitação, dispensa e inexigibilidades;</li><li>- Gerenciar os contratos administrativos.</li></ul>



## QUADRO II

### SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS DE SEGURANÇA PÚBLICA

DENOMINAÇÃO DO ÓRGÃO:	COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO:
Divisão da Guarda Civil Municipal	<ul style="list-style-type: none"><li>- Concentrar a Ouvidoria da Guarda Civil Municipal, de modo a:<ul style="list-style-type: none"><li>• receber denúncias, reclamações e representações sobre atos considerados arbitrários, desonestos, indecorosos ou que violem os direitos humanos individuais ou coletivos praticados por servidores civis da Guarda Municipal, sugestões sobre o funcionamento dos serviços da Guarda Municipal, sugestões de servidores civis da Guarda Municipal sobre o funcionamento dos serviços prestados, bem como denúncias a respeito de atos irregulares praticados na execução desses serviços, inclusive por superiores hierárquicos;</li><li>• Concentrar o atendimento aos municípios atendidos pela Guarda Civil Municipal, o atendimento aos municípios atendidos, a fim de garantir o atendimento de boa qualidade, atencioso e respeito da Corporação;</li><li>• Verificar a pertinência das denúncias, reclamações e representações, propondo aos órgãos competentes da administração a instauração de sindicâncias, inquéritos e outras medidas destinadas à apuração das responsabilidades administrativas, civis e criminais, fazendo ao Ministério Público a devida comunicação, quando houver indício ou suspeita de crime;</li></ul></li><li>- Concentrar a Corregedoria da Guarda Civil Municipal de modo a:<ul style="list-style-type: none"><li>• exercer a apuração de responsabilidade administrativa ou disciplinar dos servidores integrantes da Guarda Civil Municipal;</li><li>• Ordenar a realização de visitas de inspeção e correções ordinárias e extraordinárias em qualquer unidade ou órgão da Guarda Civil Municipal, podendo sugerir medidas necessárias ou recomendáveis para a racionalização e melhor eficiência dos serviços;</li><li>• Solicitar e requisitar de forma oficial informações, certidões, cópias de documentos ou volumes de autos de processos que forem necessários, relacionados a investigações em curso, bem como diligências, exames, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de sua função;</li><li>• Participar da apuração das infrações disciplinares e atribuídas aos servidores integrantes da Guarda Civil Municipal;</li><li>• Realizar visitas de inspeção e correções extraordinárias em qualquer unidade da Guarda Civil Municipal;</li><li>• Apreciar as representações que lhe forem dirigidas relativamente à atuação irregular de servidores integrantes da Guarda Civil Municipal;</li><li>• Promover investigação sobre o comportamento ético, social e funcional dos membros da corporação, em especial aos guardas em período de experiência e dos indicados para o exercício de chefia e funções de confiança no âmbito da Secretaria, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, emitindo parecer conclusivo quanto à aplicação de penalidades, permanência ou desligamento da corporação.</li></ul></li><li>- Concentrar os serviços de Monitoramento de modo a:<ul style="list-style-type: none"><li>• Coordenar a prestação de serviços de orientação e proteção à comunidade;</li><li>• Coordenar a oferta de atendimento à população em necessidades emergenciais;</li><li>• Prestar apoio suplementar na fiscalização de trânsito e no atendimento a ocorrências e acidentes;</li><li>• Colaborar com as atividades do Departamento de Defesa Civil;</li><li>• Oferecer suporte e cobertura em eventos organizados pelas diversas áreas da Prefeitura, bem como em diligências fiscais;</li><li>• Oferecer apoio suplementar a demandas solicitadas por órgãos de outros Poderes ligados à segurança pública e ao Poder Judiciário, instaladas no Município;</li><li>• Oferecer proteção a autoridades, bem como a funcionários da municipalidade no exercício de suas funções;</li><li>• Gerir o suporte logístico de Central Integrada de Monitoramento em função da atuação em monitoramento de imagens, atendimento telefônico, controle, monitoramento semafórico e de radar, alerta e detecção de delitos, prevenção de desastres naturais, a viabilidade da efetiva prestação de serviços da Central Integrada de Monitoramento por meio de diretrizes de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos tecnológicos, bem como, do acompanhamento da sua evolução tecnológica.</li></ul></li><li>- Centralizar o Comando do efetivo da Guarda Civil Municipal, administrar e exercer a sua disciplina nos limites das atribuições conferidas pela legislação pertinente e observadas as normas regulamentares aplicáveis, representando a corporação em todos os assuntos relativos às atividades típicas, aprovar os planos e diretrizes operacionais e de treinamento, que permitam a consecução dos objetivos da Guarda Civil Municipal.</li><li>- Centralizar o Subcomando da Guarda Civil Municipal;</li><li>- Centralizar a Inspeção Operacional da Guarda Civil Municipal;</li><li>- Prestar serviços de orientação e proteção à comunidade;</li><li>- Ofertar atendimento à população em necessidades emergenciais;</li><li>- Prestar apoio suplementar na fiscalização de trânsito e no atendimento a ocorrências e acidentes;</li><li>- Colaborar com as atividades de Defesa Civil;</li><li>- Oferecer suporte e cobertura em eventos organizados pelas diversas áreas da Prefeitura, bem como em diligências fiscais;</li><li>- Oferecer apoio suplementar a demandas solicitadas por órgãos de outros Poderes ligados à segurança pública e ao Poder Judiciário, instaladas no Município;</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>- Oferecer proteção a autoridades, bem como a funcionários da municipalidade no exercício de suas funções;</li><li>- Gerir o suporte logístico de Central Integrada de Monitoramento em função da atuação em monitoramento de imagens, atendimento telefônico, controle, monitoramento semafórico e de radar, alerta e detecção de delitos, prevenção de desastres naturais, a viabilidade da efetiva prestação de serviços da Central Integrada de Monitoramento por meio de diretrizes de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos tecnológicos, bem como, do acompanhamento da sua evolução tecnológica;</li><li>- Desenvolver atividades voltadas ao treinamento contínuo e desenvolvimento da Guarda Civil Municipal nas atividades que exijam habilidades no patrulhamento mecânico, mototécnicas, recursos do canil, ROMU, armamento e tiro, inteligência e operacionais;</li><li>- Viabilizar, distribuir, controlar e supervisionar os recursos humanos e materiais;</li><li>- Controlar o fluxo de papéis e documentos da Secretaria; acompanhar a execução do orçamento programa da Secretaria Municipal de Cooperação nos Assuntos de Segurança Pública;</li><li>- Realizar estudos e pesquisas, fornecer subsídios técnicos, bem como acompanhar a implementação das ações e diretrizes adotadas; coletar, elaborar, processar e difundir dados e informações atinentes às atividades desenvolvidas;</li><li>- Efetuar o controle orçamental e patrimonial da Secretaria;</li><li>- Implementar processos de controle e de gestão;</li><li>- Executar a gestão e a aplicação dos recursos financeiros de acordo com a necessidade de cada unidade da Secretaria;</li><li>- Cuidar da conservação e da manutenção das instalações afetas à Secretaria;</li><li>- Auxiliar na coordenação da administração dos pátios de veículos apreendidos;</li><li>- Exercer a vigilância do patrimônio público municipal;</li><li>- Auxiliar na implantação do sistema de monitoramento eletrônico nas principais vias, praças, parques e prédios públicos visando a segurança e proteção das pessoas e do patrimônio público;</li><li>- Participar do gerenciamento do monitoramento externo dos próprios municipais;</li><li>- Executar de serviços de vigilância patrimonial em próprios da Prefeitura;</li><li>- Elaborar a escala de revezamento dos Servidores a disposição da corporação;</li><li>- Organizar e controlar os materiais da secretaria municipal;</li><li>- Manter os equipamentos da frota.</li></ul>
Divisão Administrativa	<ul style="list-style-type: none"><li>- Gerir os processos e atividades de caráter administrativo interno da Secretaria;</li><li>- Fornecer as informações técnicas para a elaboração de planos e projetos de ação referentes ao órgão;</li><li>- Acompanhar a programação dos fluxos dos processos de trabalho da Secretaria Municipal de Esportes;</li><li>- Desempenhar atividades de gestão dos procedimentos administrativos de controle dos processos da Secretaria;</li><li>- Emitir relatórios, elaborar estatísticas e fazer levantamentos diversos para controle e subsidiar o Planejamento do Setor;</li><li>- Identificar necessidades e propor melhorias nas rotinas do Setor, coordenando e orientando seus subordinados na execução dos trabalhos.</li></ul>
Divisão de Projetos e Convênios	<ul style="list-style-type: none"><li>- Viabilizar a captação de recursos junto aos Governos da União e do Estado de São Paulo, visando à celebração de convênios, contratos de repasse e outros objetos similares;</li><li>- Realizar levantamento e gerenciamento de documentos de natureza contábil, jurídica e de engenharia, através de estudos e elaboração de projetos básicos, com o objetivo de atender as exigências de operacionalização das áreas responsáveis pelo repasse de recursos;</li><li>- Promover os esforços necessários para aumentar a velocidade de implementação dos recursos e programas dos Governos da União e do Estado, convênios com o município;</li><li>- Promover uma qualificada capacidade gerencial do município na gestão dos convênios;</li><li>- Acompanhar as ações de celebração, execução orçamentária e financeira, bem como a prestação de contas dos convênios;</li><li>- Promover a articulação entre os órgãos da Administração Pública Municipal com vistas à celebração de convênios;</li><li>- Participar e colaborar com a elaboração do ciclo orçamentário do município, no que tange às reservas de recursos de repasse e contrapartidas destinados aos convênios, bem como acompanhar a execução do orçamento público vigente;</li><li>- Colaborar para o fomento da publicidade e do controle social sobre os convênios;</li><li>- Realizar o registro e o controle das atividades desenvolvidas e mantê-las devidamente arquivadas; e</li><li>- Desincumbir-se de outras tarefas relacionadas aos convênios, que lhe forem delegadas.</li></ul>

## LEI COMPLEMENTAR Nº 246, 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Reabre prazo para opção pelo prazo de 3 (três) meses, a contar do início da vigência desta Lei Complementar, para o Regime Jurídico Único Estatutário

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica reaberto o prazo disposto no artigo 276, da Lei Complementar de nº 236, de 05 de junho de 2025, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Jarinu e dá outras providências, para que no prazo de 3 (três) meses os servidores celetistas concursados e os Agentes Comunitários de Saúde façam a opção para o Regime Jurídico Único Estatutário.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos imediatamente, bem como revogando qualquer disposição em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
PREFEITA MUNICIPAL

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

## LEI COMPLEMENTAR Nº 247, 11 DE DEZEMBRO DE 2025.

Regulamenta, no âmbito do Município de Jarinu/SP, a Lei Federal nº 13.913 de 25 de novembro de 2019, que altera a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de rodovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por Lei Municipal ou Distrital e dá outras providências

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Esta Lei regulamenta, no Município de Jarinu, a Lei Federal nº 13.913, de 25 de novembro de 2.019, que altera a Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1.979, para assegurar o direito de permanência de edificações na faixa não edificável contígua às faixas de domínio público de Rodovias e para possibilitar a redução da extensão dessa faixa não edificável por Lei Municipal ou distrital.

Art. 2º. A redução da faixa não edificável contígua às faixas de domínio público das rodovias, dentro do Perímetro Urbano Municipal, para o limite mínimo de 5,00 (cinco) metros de cada lado, dependerá de prévia análise técnica e expressa aprovação do Poder Público Municipal, observados os critérios urbanísticos, ambientais, de segurança viária e





de interesse público.

§1º A análise mencionada no caput será realizada pelos órgãos municipais competentes, que deliberarão com base em estudos ou documentos apresentados pelo interessado, podendo requisitar complementações, levantamentos topográficos, pareceres técnicos ou outros elementos necessários.

§2º A aprovação será formalizada mediante ato administrativo específico, que condicionará a implementação da redução aos termos e limites fixados na decisão administrativa.

§3º A redução não será concedida quando comprometer a segurança do tráfego, a integridade da via pública, a drenagem, o acesso a equipamentos públicos, ou quando houver risco ambiental ou urbanístico.

§4º Nos casos em que não seja apresentada solicitação ou quando não houver aprovação do órgão competente, permanece vigente a faixa não edificável de 15 m (quinze metros) prevista na legislação federal.

Art. 3º. Ao longo das águas correntes e dormentes, e da faixa de domínio das ferrovias, será obrigatória a reserva de área não edificável de, no mínimo, 15 (quinze) metros de cada lado, nos termos do inciso III-A do art. 4º da Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, conforme redação dada pela Lei Federal nº 13.913, de 25 de novembro de 2019.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

ROSE REGINA NOVAES MINGOTTI  
Secretário Municipal de Obras e Urbanismo

HELIO CALIXTO FERREIRA  
Secretário Municipal de Mobilidade e Planejamento Viário

## LEI COMPLEMENTAR Nº 248 DE 11, DE DEZEMBRO DE 2025

Regulamenta o Exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde, nos termos do que dispõe os parágrafos 4º e 5º do artigo 198 da Constituição da República e Lei Federal nº 11.350/2006 e dá outras providências

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Fica regulamentado o exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde no âmbito do Município de Jarinu, cujos vínculos serão regidos exclusivamente pela disciplina estatutária

§1º Os atuais ocupantes dos empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde que tenham ingressado no emprego mediante processo seletivo público ou na forma da Emenda Constitucional nº 51/2006, têm assegurado o direito a optarem pela mudança de seu regime jurídico laboral para o Regime Jurídico Administrativo Estatutário, observada a correlação de atribuições do seu emprego e do cargo criado por esta Lei.

§2º A opção a que se refere o parágrafo anterior deverá ser manifestada no prazo de 3(três) meses a partir da promulgação da presente Lei, conforme Termo de Opção constante no Anexo III.

§3º Ficam consolidados os cargos e os empregos existentes conforme disposição contida no Anexo I desta Lei.

Art. 2º. Os ocupantes dos empregos públicos de Agente Comunitário de Saúde que tenham ingressado no emprego mediante processo seletivo público ou na forma da Emenda Constitucional nº 51/2006, que não optarem pela mudança de seu regime jurídico laboral constituirão Quadro de Vaga em Extinção e continuarão regidos pelo atual regime contratual em exercício.

Art. 3º. Os Agentes Comunitários de Saúde passam a integrar, no que couber, o quadro de cargos da Prefeitura Municipal de Jarinu Plano de Evolução das Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Titulares, aos que optarem pela mudança de regime laboral.

Art. 4º. Os cargos de provimento efetivo de Agentes Comunitários são acessíveis aos brasileiros e estrangeiros na forma da Lei e o ingresso se dará atendidos os pré-requisitos constantes na lei competente, após a aprovação em Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

§1º Para os cargos de Agente Comunitário de Saúde, além dos pré-requisitos referenciados no caput deste artigo, deverão ser observados, ainda, os requisitos constantes na Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006.

§2º A área de atuação é a da residência dos Agentes Comunitários de Saúde e será regulamentada por meio de Decreto, conforme previsto no art. 6º da Lei Federal nº 11.350 de 05 de outubro de 2006.”.

§3º Os candidatos aprovados na prova escrita, conforme resolução da Secretaria Municipal de Saúde e, que estejam classificados até 3 (três) vezes o número de vagas existentes para cada Unidade de Saúde da Família, participarão do Curso Introdutório de Formação Inicial e Continuada;

§4º O Agente Comunitário de Saúde deverá, anualmente, comprovar, por meios julgados hábeis pela Administração Pública Municipal, a residência na sua área de atuação, cabendo ao Município a fiscalização permanente.

Art. 5º. O período anterior ao ingresso dos Agentes Comunitários no quadro de pessoal do Município, na forma



da Emenda Constitucional nº 51/2006 não será computado para fins de aquisição de quaisquer dos direitos rescisórios.

Art. 6º. Além das hipóteses de exoneração previstas no estatuto dos servidores, aplica-se ao ocupante do cargo de Agente Comunitário disposto no art.10 da Lei Federal nº 11.350/2006.

Art. 7º. Os servidores investidos nos cargos de Agente Comunitário de investidura originária pela aprovação em concurso público, somente farão jus à percepção de quaisquer vantagens remuneratórias advindas da presente alteração do regime jurídico, desde que respeitados os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo Único. Os servidores ocupantes dos cargos descritos no Anexo I serão remunerados unicamente com o vencimento básico fixado pelo parâmetro federal e desde que preenchidos os pressupostos legais, ao adicional de insalubridade, com auxílio-refeição, com auxílio-transporte ou com qualquer benefício concedido especificamente por lei.

Art. 8º. As despesas decorrentes do disposto nesta Lei serão custeadas por dotações próprias consignadas no Orçamento em execução.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

## ANEXO I

### QUADRO GERAL CONSOLIDADO DE CARGOS EFETIVOS

DENOMINAÇÃO	REFERÊNCIA GRUPO OCUPACIONAL	VAGAS
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	35	51

### TABELA DE VENCIMENTOS

TABELA DE VENCIMENTOS	
REFERÊNCIA	VALOR
35	02 (DOIS) SALÁRIOS MÍNIMOS

## ANEXO II

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE EMPREGO PÚBLICO/  
CARGO PÚBLICO PERMANENTE

Carga horária: 40 horas semanais

Referência 35 será o correspondente ao piso salarial nacional,

definida pela EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 5 DE MAIO DE 2022 - 2 (dois) salários mínimos.

## DESCRIÇÃO SINTÉTICA

Desenvolver atividades de prevenção das doenças e promoção da saúde, através de visitas domiciliares e de ações educativas individuais e coletivas, nos domicílios e na comunidade, sob supervisão e acompanhamento de enfermeiro lotado na Unidade de Referência da área de abrangência bem como das demais atividades previstas na Lei Federal nº. 11.350 de 05/10/2006.

## ATRIBUIÇÕES TÍPICAS

- Executar, prevenir e complementar o tratamento de saúde, efetuando os devidos acompanhamentos de acordo com os programas estabelecidos, com o objetivo de difundir noções gerais sobre saúde, bem como realizar levantamento de problemas de saúde junto à comunidade, por meio de visitas domiciliares;
- Utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade;
- Promover ações de educação para saúde individual e coletiva;
- Registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos de saúde;
- Assistir à Equipe de Saúde da Família no planejamento, programação e orientação das ações de saúde na comunidade;
- Executar atividade na prevenção e no controle das doenças transmissíveis, infecção hospitalar e programas de vigilância epidemiológica;
- Participar da ação de vigilância epidemiológica, coletando notificações, atuando em bloqueios, investigando surtos, busca de faltosos, tabulação de análise de dados de morbidade;
- Orientar e conscientizar a comunidade, efetuando visitas domiciliares mensais a 100% das famílias cadastradas na sua área de atuação;
- Desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças;
- Prestar informações, preencher fichas e formulários integrantes da documentação das famílias atendidas pelo PSF;
- Cadastrar famílias e atualizar permanentemente esse cadastro;
- Arquivar e manter em condições ideais de conservação toda a documentação que fizer parte do PSF;



- Realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família;
- Identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco;
- Identificar área de risco;
- Realizar mapeamento de sua área;
- Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde;
- Participar em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida;
- Contribuir para a integração Ensino - Serviço, acompanhando estagiários (nível técnico, superior graduação e pós graduação) em sua área de atuação, facilitando o acesso destes aos diversos serviços e à comunidade, participando de visitas técnicas e demais atividades educativas visando a qualificar a formação de profissionais para o SUS;
- Incentivar atividades comunitárias;
- Executar outras atividades correlatas.


## REQUISITOS PARA PROVIMENTO

Na Área de Qualificação Agente Comunitário de Saúde: Ensino Médio Completo, além das necessidades definidas em lei específica.

## RECRUTAMENTO

No mercado de trabalho através de Concurso Público de Provas.

### ANEXO III

 <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP</b> Secretaria Municipal de Administração	
<b>TERMO DE OPÇÃO AO REGIME ESTATUTÁRIO - Lei Complementar</b> <b>Municipal de nº 236, de 05 de Junho de 2025</b>	
EU _____, PORTADOR DO RG DE Nº _____, CPF Nº _____, MATRÍCULA _____, LOTADO NA SECRETARIA _____ NO DEPARTAMENTO/DIVISÃO _____, <b>DECLARO PARA TODOS OS EFEITOS minha adesão ao REGIME ESTATUTÁRIO DO SERVIDOR PÚBLICO DA PREFEITURA DE JARINU - SP.</b>	
Jarinu, _____ de _____ de 202__	
Assinatura _____	

## LEI COMPLEMENTAR Nº 249 DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

“Regulamenta a Concessão do Auxílio Transporte aos Servidores do Município de Jarinu e dá outras providências.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do Município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, III da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a presente Lei:

Art. 1º. Regulamenta o Auxílio Transporte na Prefeitura de Jarinu, de natureza indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas com transporte dos servidores públicos municipais, em seu deslocamento ao trabalho, nos valores e condicionantes dispostos abaixo:

I - O Auxílio-Transporte será pago em igual data a do recebimento da remuneração mensal do beneficiado;

II - O valor do Auxílio-Transporte poderá ser pago em pecúnia ou outro sistema que assegure o benefício;

III - O servidor que acumule cargos fará jus a percepção de um único Auxílio-Transporte.

Art. 2º. O Auxílio-Transporte não será:

a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público.

Art. 3º. O Auxílio-Transporte não será devido ao servidor afastado ou licenciado justificadamente.

Art. 4º. Não terá direito ao Auxílio-Transporte do mês, o servidor que se afasta por período igual ou superior a 15 (quinze) dias, dentro de um mesmo mês, de forma intercalada ou ininterrupta.

Art. 5º. O valor mensal concedido a título de auxílio está definido no Anexo I desta Lei, podendo ser reajustado ou recomposto através de ato normativo competente.

Art. 6º. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

ANEXO I  
Auxílio-Transporte Mensal  
R\$ 386,00 (trezentos e oitenta e seis reais)

**ADMINISTRAÇÃO | Compras, Licitações e Contratos****CONCORRÊNCIA PÚBLICA RETIFICADA DE Nº 011/2025**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 192/2025

Objeto: Contratação de empresa especializada de engenharia para a EXECUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À CONCLUSÃO DA OBRA DA CRECHE MARACANÃ, localizada na Avenida São Luiz, nº 50, Bairro Maracanã, Jarinu/SP. A contratação será realizada com base no Termo Compromisso nº 9078/2014, celebrado com o FNDE, bem como no Termo de Compromisso de conclusão de Obra – TCCO, assinado e validado eletronicamente em 29/04/2025, contanto, ainda com a devida contrapartida do Município

A Presidente da Comissão Licitatória - PORTARIA Nº 13.537, DE 14 DE MAIO DE 2025, abaixo subscrita, torna público a decisão dos recursos interpostos, disponíveis no site da Prefeitura de Jarinu / Licitações / modalidade edital de concorrência / disponível: <https://www.jarinu.sp.gov.br/licitacoes/processo-n-1922025-concorrancia-n-0112025>, bem como CONVOCA à sessão de abertura das propostas, que será no dia 17/12/2025 às 09:30 (nove horas e trinta minutos) na sala de licitações da Prefeitura.

Jarinu, 12 de dezembro de 2025.

HELNILY RAMOS RAGASSO

SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATOS DE CONTRATOS**

Contrato nº 131/2025 – Data: 01/12/2025 – Processo nº 222/2024 – Objeto: contratação de empresa especializada em telecomunicações, que possua outorga da agência nacional de telecomunicações (ANATEL), para a prestação de serviço de telefonia móvel pessoal – SMP – utilizando a tecnologia GSM, visando atender as necessidades dos diversos Departamentos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: TIM S.A. – Valor: R\$ 74.940,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 087/2025

Contrato nº 132/2025 – Data: 02/12/2025 – Processo nº 096/2025 – Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação e manutenção de impressoras, incluindo fornecimento de suprimentos (exceto papel), suporte técnico e reposição de peças, visando atender as necessidades dos diversos Departamentos e Secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: Papelaria E Copiadora Copysul Ltda. EPP – Valor: R\$ 166.800,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 080/2025

Contrato nº 133/2025 – Data: 02/12/2025 – Processo nº 096/2025 – Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação e manutenção de impressoras, incluindo fornecimento de suprimentos (exceto papel), suporte técnico e reposição de peças, visando atender as necessidades dos diversos Departamentos e

Secretarias da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: Importinvest Importação E Comercio Ltda. – Valor: R\$ 10.322,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 080/2025

Contrato nº 134/2025 – Data: 03/12/2025 – Processo nº 247/2025 – Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de rastreamento de veículos via satélite por GPS/GSM/GPRS, compreendendo a instalação de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web próprio, e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico e garantia de funcionamento, para gestão dos equipamentos listados abaixo, da Prefeitura Municipal de Jarinu – Contratada: Control Risk Monitoramento Ltda. EPP – Valor: R\$ 15.001,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Dispensa de Licitação conforme Artigo 75, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021

Contrato nº 135/2025 – Data: 04/12/2025 – Processo nº 215/2025 – Objeto: aquisição de 02 (duas) viaturas zero quilometro, do tipo SUV utilitário esportivo para a Guarda Civil Municipal (GCM), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Segurança Pública – Contratada: Ganesha Veículos e Inovações Ltda. EPP – Valor: R\$ 337.000,00 – Vigência: 06 (seis) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 100/2025

Contrato nº 136/2025 – Data: 09/12/2025 – Processo nº 286/2025 – Objeto: contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da Cia Catarsis – arte para infância e juventude, para realização de apresentações teatrais voltadas à primeiríssima infância no Anfiteatro Municipal “Pedro Amos Comin”, em Jarinu/SP, conforme programação cultural estabelecida pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – Contratada: Peroni Produções Artísticas Ltda. ME – Valor: R\$ 15.000,00 – Vigência: 06 (seis) meses – Modalidade: Dispensa de Licitação conforme Artigo 74, Inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021

Contrato nº 137/2025 – Data: 10/12/2025 – Processo nº 219/2025 – Objeto: aquisição de veículos automotores zero quilômetro, de primeiro emplacamentos, para atendimento das diversas Secretarias – Contratada: Brandão Veículos Ltda. – Valor: R\$ 228.873,57 – Vigência: 06 (seis) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 099/2025

Contrato nº 138/2025 – Data: 10/12/2025 – Processo nº 219/2025 – Objeto: aquisição de veículos automotores zero quilômetro, de primeiro emplacamentos, para atendimento das diversas Secretarias – Contratada: Camminare Máquinas e Empreendimentos Ltda. EPP. – Valor: R\$ 318.490,00 – Vigência: 06 (seis) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 099/2025

Contrato nº 139/2025 – Data: 10/12/2025 – Processo nº 219/2025 – Objeto: aquisição de veículos automotores zero quilômetro, de primeiro emplacamentos, para atendimento das diversas Secretarias – Contratada: Javep Veículos, Peças





e Serviços Ltda. – Valor: R\$ 659.990,00 - Vigência: 06 (seis) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 099/2025

Contrato nº 140/2025 – Data: 10/12/2025 – Processo nº 219/2025 – Objeto: aquisição de veículos automotores zero quilômetro, de primeiro emplacamentos, para atendimento das diversas Secretarias – Contratada: Loureiro e Figueiredo Comércio de Veículos Ltda. – Valor: R\$ 370.347,80 - Vigência: 06 (seis) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 099/2025

Contrato nº 141/2025 – Data: 12/12/2025 – Processo nº 102/2025 – Objeto: contratação de empresa especializada para a execução do Projeto “Bora Brincar”, um conjunto estruturado de ações voltadas ao desenvolvimento integral da primeira infância, por meio da realização de oficinas, vivências e eventos baseados no brincar como prática fundamental para o fortalecimento de vínculos, estímulo à criatividade e valorização da infância, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer – Contratada: P.M. Boaventura Empresário ME – Valor: R\$ 140.000,00 – Vigência: 12 (doze) meses - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 094/2025

Jarinu, 12 de dezembro de 2025

Maria Aparecida Adomaitis  
Secretária Municipal de Administração

## EXTRATO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 106/2025 – Data: 04/12/2025 – Processo Eletrônico nº 883/2025 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de insulinas, para atendimento de mandados judiciais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Contratada: Provip Distribuidora Hospitalar Ltda. – Valor: R\$ 4.798,50 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 096/2025

Ata de Registro de Preços nº 107/2025 – Data: 04/12/2025 – Processo Eletrônico nº 883/2025 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de insulinas, para atendimento de mandados judiciais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Contratada: Dakfilm Comercial Ltda. – Valor: R\$ 21.249,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 096/2025

Ata de Registro de Preços nº 108/2025 – Data: 04/12/2025 – Processo Eletrônico nº 883/2025 – Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de insulinas, para atendimento de mandados judiciais, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde – Contratada: Interlab Farmacêutica Ltda. – Valor: R\$ 10.941,50 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 096/2025

Ata de Registro de Preços nº 109/2025 – Data: 05/12/2025 – Processo nº 201/2025 – Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de escritório, papelaria e escolares para formação de kits, destinados ao uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Jarinu, por um

período de 12 (doze) meses, com entregas parceladas, conforme cronograma e locais indicados pela Secretaria Municipal De Educação – Contratada: Comercial Galera Ltda. ME. – Valor: R\$ 259.221,40 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 085/2025

Ata de Registro de Preços nº 110/2025 – Data: 05/12/2025 – Processo nº 201/2025 – Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de escritório, papelaria e escolares para formação de kits, destinados ao uso nas Escolas da Rede Municipal de Ensino de Jarinu, por um período de 12 (doze) meses, com entregas parceladas, conforme cronograma e locais indicados pela Secretaria Municipal De Educação – Contratada: Avanti Comercial E Serviços Ltda. – Valor: R\$ 3.386.760,60 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 085/2025

Ata de Registro de Preços nº 111/2025 – Data: 11/12/2025 – Processo nº 206/2025 – Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de parcelada de coletes balísticos nível III-A; coldres para pistola .40 (modelo pt 840 - taurus) e pistola 9mm (modelo ts 9 - taurus); e cintos de guarnição completos, visando atender às necessidades da Guarda Civil Municipal (GCM) da Secretaria Municipal de Segurança Pública – Contratada: Blinsul Equipamentos Ltda. EPP. – Valor: R\$ 160.449,00 – Vigência: 12 (doze) meses – Modalidade: Pregão Eletrônico nº 090/2025

Jarinu, 12 de dezembro de 2025

Maria Aparecida Adomaitis  
Secretária Municipal de Administração

## ADMINISTRAÇÃO | Portarias

### PORTARIA Nº 13.895, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2025.

“REVOGA A PORTARIA nº 13.535 DE 14/05/2025 da Sra. GISELE REGINA DOS SANTOS, retornando para o Emprego Público de origem de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - REVOGAR A PORTARIA nº 13.535 DE 14/05/2025, da Sra. GISELE REGINA DOS SANTOS, portadora da Cédula de Identidade RG. 33.106.079-6-SSP/SP, CPF. 288.363.928-06 e retornando para o Emprego Público de origem de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE.

Município de Jarinu, 01 de dezembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal



Certifico que esta portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 13.896, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2025.**

“CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS por 06 meses no período de 03/12/2025 a 31/05/2026 a Servidora Municipal Sra. VIVIANE PALHARES TAFARELO exercendo o Emprego Público de MÉDICO ESF, Referência 34”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER a Sra. VIVIANE PALHARES TAFARELO, portadora da Cédula de Identidade RG. 29.327.891-X-SSP/SP, CPF 277.522.778-35 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 055751 Série 0408-SP, em exercício do emprego público de MÉDICO ESF, Referência 34, uma LICENÇA SEM VENCIMENTOS por 06 meses no período de 03/12/2025 a 31/05/2026, devendo retornar ao serviço imediatamente após o término do afastamento concedido.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 03 de dezembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 13.897 DE 04 DE DEZEMBRO DE 2025.**

“EXONERA A PEDIDO A SRA. ELIENE CARLOS DA SILVA DO EMPREGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - EXONERAR a pedido a Sra. ELIENE CARLOS DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG. 59.057.450-4-SSP/SP, CPF. 046.703.755-80 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 4415562 Série 0030-BA, do Emprego Temporário de AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 04 de dezembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 13.898, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2025.**

“EXONERA POR TÉRMINO DE CONTRATO O SR. MARCOS VINICIUS AYUB DE MORAES, DO EMPREGO TEMPORÁRIO DE INSPETOR DE ALUNOS.”

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO o Sr. MARCOS VINICIUS AYUB DE MORAES, portador da Cédula de Identidade RG. 32.172.005-2-SSP/SP, CPF. 294.095.838-61 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 066392 Série 00251-SP, do Emprego Temporário de INSPETOR DE ALUNOS.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 06 de dezembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

## **PORTARIA Nº 13.899, DE 06 DE DEZEMBRO DE 2025.**

“CONCEDE a Função Gratificada de COORDENADOR DE SERVIÇO à servidora municipal Sra. PATRICIA HELENA DE CAMARGO”.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO, Prefeita do município de Jarinu, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento no inc. VI do art. 62 e inc. II do art. 87, da Lei Orgânica Municipal, resolve:

- Art. 1º - CONCEDER em conformidade com a Tabela II do Anexo I da Lei Complementar nº 229/2024, a Função Gratificada de COORDENADOR DE SERVIÇO à servidora



municipal Sra. PATRICIA HELENA DE CAMARGO, portadora da Cédula de Identidade RG. 30.710.451-5-SSP/SP, CPF. 274.927.548-25 e da Carteira de Trabalho e Previdência Social nº 055045 Série 0215-SP, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

- Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE.

Município de Jarinu, 06 de dezembro de 2025.

DÉBORA CRISTINA DO PRADO BELINELLO  
Prefeita Municipal

Certifico que esta Portaria foi publicada no Diário Oficial do Município.

MARIA APARECIDA ADOMAITIS  
Secretária Municipal de Administração

## ADMINISTRAÇÃO | Concurso Público

### CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 04/2025

#### EXTRATO DO DO RESULTADO FINAL DAS PROVAS OBJETIVA, PRÁTICO PROFISSIONAL E TÍTULOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, TORNA PÚBLICO o Resultado Final das Provas Objetiva, Prático Profissional e Títulos, do Concurso Público – Edital nº 04/2025, bem como o resultado da apreciação dos Recursos interpostos por ocasião da divulgação do Resultado Provisório da Prova de Títulos.

INFORMA que todos os Recursos apresentados foram apreciados e julgados improcedentes pela Banca Examinadora.

O Resultado Final, na íntegra, das Provas Objetiva, Prático Profissional e Títulos, do Concurso Público nº 04/2025, está disponível para consulta nos sites do INSTITUTO MAIS ([www.institutomais.org.br](http://www.institutomais.org.br)) e da PREFEITURA MUNICIPAL DE JARINU/SP ([www.jarinu.sp.gov.br](http://www.jarinu.sp.gov.br)).

O candidato deverá observar as normas e os procedimentos contidos no Edital nº 04/2025, do Concurso Público.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento, é expedido o presente Comunicado.

Jarinu/SP, 12 de dezembro de 2025.

PREFEITA DO MUNICÍPIO DE JARINU/SP